

GRUPIS – GRUPO DE PESQUISA INFÂNCIAS ATÉ OS 10 ANOS

Coordenadoras:

Flávia Miller Naethe Motta – UFRRJ

Anelise Monteiro do Nascimento - UFRRJ

Eixo - 4 - Políticas para a Infância e Formação de Professores

O Grupo de Pesquisa Educação da Infância até 10 anos - GRUPIs veio atender à necessidade de especializar as áreas de pesquisa e extensão sobre a infância na UFRRJ e aos alunos de pedagogia do campus de Nova Iguaçu interessados na temática. Desde 2009 atuamos oferecendo ações em parceria com redes municipais da Baixada Fluminense, entre elas, a I e II jornadas de Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental. Em 2012, A UFRRJ integrou-se ao esforço nacional para a formação de professores de Educação Infantil subsidiado pelo MEC, com a oferta do Curso de aperfeiçoamento "Currículo, planejamento e organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil". Em 2014 terá início a Especialização "Docência na Educação Infantil".

Encerramos o projeto de pesquisa Educação Infantil e Ensino Fundamental: transições e apostas, com apoio do CNPq e o projeto Infâncias: Práticas Sociais e Educativas com apoio da FAPERJ. Desenvolvemos, no momento, os projetos: “**Educação Infantil na Baixada Fluminense: a obrigatoriedade da inclusão das crianças de quatro anos na educação básica**” e “**A construção da subjetividade da criança negra num contexto de implementação da lei 10639/03**” em parceria com o GEPELID - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE LIGUAGEM E DIFERENÇAS.

Desde 2012, com o ingresso da Coordenação do GRUPIs no PPGEduc - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, nossas questões de pesquisa foram trazidas para debate na produção de dissertações.

Pretendemos trazer para discussão no GRUPECI as questões recentemente pesquisadas, assim, o texto *Educação Infantil e Ensino Fundamental: transições e apostas – preparando as transições escolares ao final do ano* discute as transições às quais as crianças estão submetidas nas instituições educativas. Uma mesma turma de crianças de uma unidade escolar de Nova Iguaçu foi acompanhada no período que compreendeu sua passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. As compreensões possíveis das realidades de ambas as turmas, foram analisadas a fim de apresentar as transformações e rupturas, na passagem de uma etapa à outra. Enfatizamos o currículo com o objetivo de perceber como a infância vem sendo experimentada pelas crianças, bem como é concebido este momento da vida na visão dos adultos que ali atuam.

O texto: *Educação Infantil na Baixada Fluminense: a obrigatoriedade da inclusão das crianças de quatro anos na educação básica* apresenta resultado de pesquisa que partiu da promulgação da lei 12.796/13 que torna obrigatória a educação básica a partir dos quatro anos de idade. O trabalho de campo compreendeu mapeamento de políticas locais e entrevistas com as Secretarias de Educação visando conhecer as estratégias dos Municípios da Baixada Fluminense para o atendimento a obrigatoriedade de matrícula das crianças de quatro anos na Educação Infantil.

Por fim, o texto *Ações humanizadoras no processo de inserção na creche: entre crianças, famílias e professores* apresenta uma investigação sobre de que forma se constroem as concepções e práticas *pedagógicas relativas aos primeiros dias de estadia das crianças e suas famílias* na Escola de Educação Infantil da UFRJ, a partir das políticas/ações de formação de professores que regem as ações da instituição.

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: TRANSIÇÕES E APOSTAS – PREPARANDO AS TRANSIÇÕES ESCOLARES AO FINAL DO ANO

**Flavia Miller Naethe Motta- UFRRJ
Ilka Monique da Costa Lima - UFRRJ**

Estudado o histórico do atendimento educacional às crianças, se notou quão significativas foram as transformações nesse campo, diante novas formas de se pensar a criança e suas necessidades ao longo do tempo, Conforme contido na LDB 9394, (BRASIL, 1996) a educação infantil não possuía caráter obrigatório, entretanto a Emenda Constitucional 59 promulgada em novembro de 2009 torna obrigatória a escolarização gratuita dos 4 aos 17 anos. A progressiva implementação dessa Emenda se dará mediante a adaptação dos sistemas de ensino à mudança até o ano de 2016. Até lá, exige-se a ampliação do número de escolas pelas redes de ensino, bem como o aumento de vagas na pré-escola, de modo a atender à nova demanda. Reconhecemos a importância da ampliação do tempo de estudo ao longo da vida para a formação de uma sociedade mais pensante e emancipada, mas acreditamos que, para tal fim, torna-se crucial a problematização da implementação dessas leis em nossa realidade brasileira como primeiro passo para a cobrança de uma Educação gratuita e de qualidade. Nesse contexto, mostrou-se relevante analisar o currículo de uma turma de pré-escola de crianças de 5 anos, já em idade escolar obrigatória, e de uma turma de crianças de 6 anos, já inseridas no Ensino Fundamental. Isso permitiu observar não só como se deu a transição de uma etapa à outra, mas identificar, de um modo geral, como estava sendo compreendido o conceito de criança e suas reais necessidades na escola pesquisada. Para tanto, estudamos a forma como se dava a interação dos pequenos entre si, deles como os adultos que o cercam e com toda a diversidade cultural que atravessava o universo escolar. Não nos prendíamos a um conceito definido de currículo, porque a este são atribuídas diferentes definições. É sabido que o currículo é bem mais do que mera listagem de conteúdos a serem seguidos. Daí a ideia ampla de currículo, que não se restringe a sua redução a programas, à grade curricular ou à listagem de conteúdos, aos quais as teorias tradicionais nos limitavam. O currículo representa, portanto, um território de disputa pelo poder. Logo, admite-se o peso que tem o efeito desse artifício na formação das sociedades, pois o currículo é subjetivado e, ao mesmo tempo, dispositivo que provoca a subjetivação daqueles mesmos que o elaboram. A presente pesquisa pretendeu a responder às questões levantadas pelas transições às quais as crianças estão submetidas nas instituições educativas. Para tanto e então, metodologicamente foi registrado em diário de campo a rotina de uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental de Escola Municipal, no município de Nova Iguaçu, RJ, durante o primeiro semestre de 2013. Vale ressaltar que a turma, agora, observada é composta por grande parte das crianças que compunham a turma de educação infantil, antes, analisada durante o segundo semestre de 2012. A realidade de ambas são, aqui, articuladas e então analisadas a fim de apresentar as transformações e rupturas, na passagem de uma etapa à outra. Consideramos importante enfatizar o currículo com o objetivo de perceber como a infância vem sendo experimentada pelas crianças que fazem parte desse cenário, bem como é concebido este momento da vida na visão dos adultos que ali atuam.

Palavras-chave: Transições, Currículo, Educação Infantil – Ensino Fundamental.

EDUCAÇÃO INFANTIL NA BAIXADA FLUMINENSE: A OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DAS CRIANÇAS DE QUATRO ANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Anelise Nascimento - UFRRJ
Luciana Paiva – UFRRJ**

Esse artigo apresenta resultado de pesquisa que teve como ponto de partida a promulgação da lei 12.796/13 que torna obrigatória a educação básica a partir dos quatro anos de idade. O trabalho de campo foi realizado nos anos de 2013 e 2014 e compreendeu mapeamento de políticas locais e entrevistas com as Secretarias de Educação visando conhecer as estratégias dos Municípios da Baixada Fluminense para o atendimento a obrigatoriedade de matrícula das crianças de quatro anos na Educação Infantil. A antecipação da obrigatoriedade da entrada as crianças de quatro na educação se dá em um contexto no qual há o consenso de que o conceito de infância caminha junto com o processo de institucionalização das crianças: “infância e escolarização são conceitos que se constroem reciprocamente” (SACRISTÀN, 1999, p. 170), nesse sentido perguntamos: que apostas carregam os Municípios ao planejarem essa ampliação? Buscando responder a essa questão elaboramos um mapeamento das ações existentes nos onze Municípios da Baixada Fluminense e aplicamos questionário em cinco deles. Os Municípios selecionados para a aplicação do questionário possuem em comum a proximidade geográfica, o fato de terem profissionais de suas redes envolvidos em processos de formação continuada oferecidos pela Universidade, a grande densidade populacional e a necessidade de ampliação da rede para atendimento da demanda legal de entrada das crianças de quatro anos nos sistemas. Como conclusão destaca-se, com relação ao mapeamento das políticas locais que, de acordo com o Senso Escolar 2012 era necessário a criação de 102.514 vagas na região, com destaque para os Municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, São João do Meriti e Nova Iguaçu, os mais populosos que deveriam criar 79.668 vagas. Cruzando esses dados com os dados do Senso Escolar 2013 observa-se que Duque de Caxias e Belford Roxo tiveram decréscimo de matrículas. O primeiro Município ofereceu menos 149 vagas em 2013 e o segundo 38. Com essa realidade Duque de Caxias precisa incluir 25.305 crianças no seu sistema de ensino. Com relação a aplicação dos questionários, os dados revelam que a ampliação das redes tem sido realizada predominantemente através de criação de turmas de pré-escola em escolas de Ensino Fundamental, contrariando os recentes resultados de pesquisas (Campos at all, 2011) que apontam que o atendimento pré-escolar de melhor qualidade é realizado em instituições específicas de Educação Infantil. Há por parte do Município de Nova Iguaçu a perspectiva de inauguração de onze instituições vinculadas ao programa Proinfância, mas até o término dessa pesquisa, haviam sido criadas 256 novas vagas através da ampliação de turmas em escolas de Ensino Fundamental que já possuíam Pré-escola, adesão de outras instituições que ainda não tinham essa modalidade de atendimento e ampliação do número de crianças nas turmas de educação infantil das instituições exclusivas. Em resposta ao questionário o Município de São João do Meriti afirmou ter alcançado a meta de ampliação de 50% do atendimento a essa faixa etária, mas de acordo com os dados do censo essa ampliação não passa de 10%. Todos os Municípios que participaram a aplicação do questionário possuem um setor específico para a Educação Infantil e se mostraram preocupados com a necessidade de que a ampliação da rede seja realizada com garantia de qualidade no atendimento.

Palavras- Chave: Lei 12.796/13, Obrigatoriedade 4 – 5 anos, Atendimento Educação Infantil.

AÇÕES HUMANIZADORAS NO PROCESSO DE INSERÇÃO NA CRECHE: ENTRE CRIANÇAS, FAMÍLIAS E PROFESSORES

Sirlene Oliveira de Souza – PPGEDUC/UFRRJ
Flávia Miller Naethe Motta PPGEDUC/UFRRJ

O presente trabalho tem por objetivo apresentar discussões de uma pesquisa em andamento que, com um enfoque histórico-cultural, pretende refletir sobre os processos que compõem a formação dos profissionais e as consequentes ações pedagógicas voltadas para as crianças pequenas no período inicial de sua estadia na creche. Assim, apresentamos como objetivo investigar de que forma se constroem as concepções e práticas *pedagógicas nos primeiros dias de estadia das crianças e suas famílias* na Escola de Educação Infantil da UFRJ, a partir das políticas/ações de formação de professores que regem as ações da instituição. Em prol deste pensamento procuraremos identificar em que contextos e formas ocorrem vivências de formação para os professores desta unidade de Educação Infantil; perceber quais conhecimentos são envolvidos nele; analisar de que forma as políticas de formação vigentes estão refletidas nesse contexto e, por fim, como esse conjunto se reflete ou concretiza-se nas ações pedagógicas de recepção das crianças que se inserem na instituição. Consideramos que “o outro” faz o papel de humanizador nas interações humanas, é o outro, já humanizado, constituído pelas vivências anteriores, pelas materialidades sócio históricas de onde andou que humaniza o “seu outro”, numa cadeia ininterrupta. No entanto, é só quando, no jogo de interações, os sujeitos dão significação a ele que este tem a condição de alterá-los. Pensar a criança como sujeito que estará num novo espaço, em contato com novos sujeitos e consequentes novas vivências demonstra a importância desse adulto conhecido que será o aporte e segurança para manter um contato aberto à novas interações e consequentes novas significações. O período inicial, de chegada à Educação Infantil, engloba um movimento de conhecer que vem de dois lados e que é simultâneo, das crianças/famílias em relação à instituição/educadores e também no movimento contrário. Com isso, a forma como a instituição organiza esse período será importante na construção das relações entre crianças, famílias e professores. A partir das diferentes configurações e organizações sobre o período de chegada da criança à instituição escolar e a busca em âmbito nacional de um atendimento adequado às crianças pequenas, evidencia-se a necessidade de buscar articulações entre estudos/pesquisas e as práticas vigentes, bem como uma reflexão conjunta das ações de formação pensadas pelos órgãos responsáveis pelas instituições. As ações pedagógicas não podem ser pensadas como ações desvinculadas, que se constroem de forma individual, por cada educador, elas estão imbricadas e dependentes de políticas educacionais de formação e de organização, sendo elas de nível nacional, municipal ou mesmo institucional. Os saberes, conhecimentos e fazeres dos professores são construídos cotidianamente no encontro com outro, assim, consideramos que a formação de professores se dá partir da dialogia da escuta das várias vozes que se evidenciam no fazer pedagógico cotidiano, portanto ela pode ser entendida, como um momento de diálogo, em que os sujeitos embarcam numa troca de signos, reconstruindo-os segundo as inúmeras experiências que os acompanham dando movimento aos contextos de formação.

Palavras-chaves: Formação de professores; Inserção; Creche.